

EXAMES NACIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO
2002

RELATÓRIO FINAL

JÚRI NACIONAL DE EXAMES

DEPARTAMENTO DO ENSINO SECUNDÁRIO

ÍNDICE

I - REALIZAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS	4
1. ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS	4
1.1. PRODUÇÃO DE NORMATIVOS	4
1.2. REUNIÕES DAS ESTRUTURAS DO JNE	5
1.2.1. REUNIÕES DO JNE	5
1.2.2. REUNIÕES PREPARATÓRIAS COM AS ESCOLAS	6
2. REALIZAÇÃO DOS EXAMES	7
2.1. DESEMPENHO DAS ESCOLAS	7
2.1.1. INSCRIÇÕES	7
2.1.2. SECRETARIADOS DE EXAME	7
2.1.3. VIGILÂNCIAS	8
2.2. ENUNCIADOS DAS PROVAS	8
2.2.1. ELABORAÇÃO	8
2.2.2. DISTRIBUIÇÃO	9
2.3. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	10
2.4. INTERVENÇÃO DA IGE	14
3. CORRECÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS	14
3.1. DESIGNAÇÃO DOS PROFESSORES CORRECTORES	14
3.2. REUNIÕES DE AFERIÇÃO DE CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	15
3.2.1. REUNIÕES DE MATEMÁTICA (435), BIOLOGIA (102) E QUÍMICA (142)	15
3.2.2. REUNIÕES DAS RESTANTES DISCIPLINAS	16
3.3. ESCLARECIMENTOS AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	17
3.4. DESEMPENHO DOS PROFESSORES CORRECTORES/CLASSIFICADORES	17
4. REAPRECIÇÃO DAS PROVAS	18
4.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REAPRECIÇÃO	18
4.2. DESEMPENHO DOS PROFESSORES RELADORES	19
4.2.1. QUALIDADE DOS PARECERES	19
4.2.2. ACTUAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS	19
5. EXAMES DE EQUIVALÊNCIA A FREQUÊNCIA	19
6. PROCESSO DE RECLAMAÇÃO	20
7. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA	20
7.1. COMUNICAÇÕES NO PROCESSO DOS EXAMES	20
7.2. PROGRAMA ENES	21
8. TRANSPORTE DAS PROVAS	23
9. APRECIÇÃO GLOBAL DOS EXAMES 2002	23
9.1. PROGRESSOS ASSINALADOS	23
9.2. PONTOS CRÍTICOS	24
9.3. SUGESTÕES PARA OS EXAMES 2003	25
10. CONSIDERAÇÕES GERAIS	27
II - ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS	28
1. CARACTERIZAÇÃO	28
2. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	32
3. RESULTADOS	34
3.1. CORRECÇÃO	34
3.2. REAPRECIÇÃO	39
3.3. RECLAMAÇÕES	42
4. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR DISTRITO	45

NOTA DE ABERTURA

Os exames nacionais do ensino secundário têm, como sabemos, extrema importância na vida de milhares de jovens que se encontram numa fase de grandes escolhas e grandes incertezas e tem, por isso, reflexos profundos na nossa sociedade. Considerando a importância dos exames nacionais para o futuro dos nossos jovens, o JNE levou a cabo a implementação e operacionalização dos exames nacionais, procurando sempre respeitar os valores de equidade e justiça entre os alunos. O relatório ora apresentado pretende também dar a conhecer a complexidade inerente à realização dos exames nacionais do ensino secundário.

A organização destes exames, tendo em conta os largos milhares de alunos e as centenas de escolas envolvidos no processo, exige uma articulação profunda e muito estreita entre todas as estruturas do JNE e as escolas, Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), Editorial do Ministério da Educação (EME) e Forças de Segurança (PSP e GNR). A operacionalização e implementação dos exames nacionais engloba consideráveis recursos humanos e materiais e um grande envolvimento por parte de toda a comunidade educativa.

É de salientar o acompanhamento feito pela Inspeção Geral de Educação (IGE) aos estabelecimentos de ensino, no sentido de garantir as condições necessárias ao bom funcionamento dos exames nacionais.

Salienta-se também o grande envolvimento das várias Direcções Regionais de Educação na afectação dos espaços físicos e recursos materiais e humanos indispensáveis para o bom funcionamento dos Agrupamentos e Coordenações Regionais do JNE.

Gostaríamos de realçar, ainda, por um lado, o papel extremamente importante desempenhado pelas escolas, no âmbito da sua autonomia, na resolução de situações decorrentes da própria realização dos exames e, por outro lado, o grande profissionalismo dos milhares de professores envolvidos nas várias fases deste processo.

A todos eles o meu Muito Obrigado.

A Presidente do
Júri Nacional de Exames

(Elvira Reste Florindo)

RELATÓRIO FINAL DO JÚRI NACIONAL DE EXAMES

EXAMES NACIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO

2002

I - REALIZAÇÃO DOS EXAMES NACIONAIS

1. ACTIVIDADES PREPARATÓRIAS

1.1. PRODUÇÃO DE NORMATIVOS

- CALENDÁRIO DOS EXAMES NACIONAIS

O calendário de exames foi elaborado tendo em conta os vários condicionalismos do sistema, nomeadamente o número de exames estimado para cada curso, a existência de duas chamadas na 1ª fase, e o respeito de alguns feriados municipais, procurando garantir que a correcção das provas fosse realizada até final de Julho. Na 2ª fase procurou-se que o calendário não afectasse a abertura do ano lectivo, embora os processos de correcção, reapreciação e reclamação se estendessem para lá do início das actividades lectivas.

- REGULAMENTO DOS EXAMES (DESP. NORM. Nº13/2002, DE 12 DE MARÇO)

É o documento fundamental para o desenrolar do processo de exames. Embora este se encontre consolidado, tem havido necessidade de se proceder a pequenas alterações numa perspectiva de contemplar alguns ajustamentos e, pontualmente, alguma situação omissa, por forma a ser conhecido atempadamente por toda a comunidade educativa. Seria desejável que a sua aprovação e consequente publicação decorresse durante o mês de Fevereiro.

- GUIA GERAL DE EXAMES 2002

Este guia, elaborado em articulação com a Direcção Geral do Ensino Superior, é indispensável para a divulgação de informação pertinente sobre o processo de exames e acesso ao ensino superior aos alunos e encarregados de educação.

- NORMAS DO JÚRI NACIONAL DE EXAMES

São documentos imprescindíveis para a regulação de todo o processo de exames junto das escolas, elaborados pela presidência do JNE: Norma 01 - Instruções para a Inscrição nos Exames; Norma 02 - Instruções para a Realização, Correção/Classificação e Reapreciação das Provas; Norma 03 - Regulamento Interno do Júri Nacional de Exames 2002.

1.2. REUNIÕES DAS ESTRUTURAS DO JNE

1.2.1. REUNIÕES DO JNE

O modelo encontrado para o funcionamento do Júri Nacional de Exames, nomeadamente no que concerne às reuniões das diversas instâncias, foi adequado.

- COMISSÃO COORDENADORA

É composta por Presidente e Vice-Presidente; Assessoria Técnico-Pedagógica e Coordenadores das Delegações Regionais do JNE.

O número e a frequência das reuniões da Comissão Coordenadora têm-se revelado perfeitamente ajustados. Nestas reuniões foram decididos todos os procedimentos para o bom funcionamento dos exames. Estiveram presentes como convidados o GAVE e a IGE.

- COORDENADORES/RESPONSÁVEIS DE AGRUPAMENTO

As reuniões entre Coordenadores e Responsáveis de Agrupamento têm-se revelado úteis na medida em que, para além de esclarecerem novos aspectos introduzidos nos normativos, servem para a definição e aferição de alguns procedimentos a adoptar durante o processo de exames, troca de experiências e alerta de algumas dificuldades.

- PLENÁRIAS

Estas reuniões, que envolvem todas as estruturas do JNE, realizam-se na abertura e no encerramento do processo de exames, constituindo-se como momentos de reflexão crítica, esclarecimento e partilha de experiências, no que respeita a todo o processo.

1.2.2. REUNIÕES PREPARATÓRIAS COM AS ESCOLAS

Continuam a ser dispensáveis, pela apropriação já efectuada pelos Conselhos Executivos das matérias relativas às inscrições para exame, as reuniões para esclarecimento da Norma 01. Por outro lado, as reuniões sobre a Norma 02 - Instruções para a realização, correcção/classificação e reapreciação das provas - são de grande utilidade, não tanto pelas novidades que elas possam conter, mas por serem um espaço privilegiado para se aferirem e agilizarem procedimentos, assim como para as escolas e as estruturas do JNE se conhecerem.

Na região autónoma dos Açores não se realizaram reuniões preparatórias devido à grande dispersão geográfica das escolas, o que implicaria elevados encargos com as deslocações dos diversos participantes das diferentes ilhas.

2. REALIZAÇÃO DOS EXAMES

2.1. DESEMPENHO DAS ESCOLAS

2.1.1. INSCRIÇÕES

O número de casos de troca de códigos no acto de inscrição tem vindo a diminuir. Contudo, seria desejável a verificação dos boletins de inscrição por parte da escola de forma a evitar, tanto quanto possível, a necessidade de validação *a posteriori* de situações irregulares ou a realização de novo exame.

Os pedidos de transferência de estabelecimento de ensino entre a 1ª e a 2ª fases têm sofrido um acréscimo de ano para ano, pelo que se considera conveniente repensar os critérios de autorização.

2.1.2. SECRETARIADOS DE EXAME

Assinala-se maior sentido de responsabilidade no cumprimento da Norma 02, das orientações do J.N.E. e das emanadas do GAVE. A experiência de anos anteriores de elementos dos secretariados e a melhoria nas comunicações contribuíram para um melhor desempenho e maior rapidez na solução de problemas.

A manutenção da figura do sub-coordenador contribuiu para a diminuição do número de escolas que ainda utilizam dois secretariados de exame - um na 1ª Fase e outro na 2ª Fase - permitindo um funcionamento mais eficaz. Contudo, continua-se a verificar anomalias em algumas escolas, nomeadamente ao nível da verificação do preenchimento das folhas de prova e na atribuição dos números convencionais, situação mais evidente na 2ª fase.

Constata-se também que os Secretariados que registam maior número de elementos, por razões que se prendem com o número de alunos, são regra geral, os que evidenciam maior dificuldade de coordenação das

tarefas, nomeadamente no envio da informação diária para o Agrupamento.

2.1.3. VIGILÂNCIAS

Nas funções de vigilância continuaram a verificar-se alguns problemas. Embora a maioria das escolas realize reuniões com os vigilantes sobre os procedimentos a adoptar e lhes faculte a documentação necessária para o desempenho das suas funções, continua-se a assistir a falhas que decorrem essencialmente do desconhecimento das Normas e, na sua maioria, devido a negligência própria. É, certamente, a tarefa menos bem desempenhada a nível dos estabelecimentos de ensino.

Assim, sugere-se que estas reuniões passem a ter um carácter obrigatório e que abordem os pontos das Normas relacionados com a actividade dos vigilantes, por forma a que se evitem anomalias no decurso das provas de exame e que prejudicam os examinandos, implicando, por vezes, a realização de nova prova.

2.2. ENUNCIADOS DAS PROVAS

2.2.1. ELABORAÇÃO

Verificaram-se três casos de adendas aos enunciados, que implicaram, no decurso das provas, que fossem dadas mensagens urgentes aos alunos nas salas de exame, o que constitui sempre um factor de perturbação para as escolas e, principalmente, para os alunos.

Estas adendas do GAVE incidiram sobre questões sem gravidade e que não apresentavam quaisquer erros científicos. Apenas pretenderam clarificar alguns aspectos de pormenor numa perspectiva de garantir a equidade entre todos os examinandos que realizavam os respectivos exames.

Foram também enviadas adendas aos critérios de classificação para esclarecimento aos professores classificadores.

Na 1ª chamada da 1ª fase, a versão ampliada em Arial 16 do enunciado da prova de Matemática (435) que foi enviada às escolas, devidamente adaptado para 21 alunos com deficiência visual, conteve erros de simbologia matemática, devido a desvios na formatação informática aquando da sua impressão na Editorial do Ministério da Educação que impossibilitaram a realização deste exame. Os examinandos prestaram nova prova em data posterior.

Nas disciplinas de Biologia (102), Química (142) e Matemática (435), cujas reuniões de aferição de critérios foram coordenadas pelo GAVE e orientadas por supervisores formados por este Gabinete, houve necessidade de serem fornecidos mais alguns esclarecimentos aos critérios de classificação, na sequência de uma maior discussão fomentada neste tipo de reuniões.

Nos exames de equivalência à frequência, elaborados a nível de escola, continua a verificar-se, em alguns estabelecimentos de ensino, desarticulação entre Conteúdos Programáticos, Matriz, Enunciado, Critérios de Correção e Cotações.

2.2.2. DISTRIBUIÇÃO

Apesar de algumas escolas não terem requisitado atempadamente provas para as quais tinham alunos inscritos, não existiram problemas de maior já que as situações foram resolvidas em tempo útil, quer por parte do JNE e da Editorial, quer por parte das forças de segurança.

Em alguns sacos verificaram-se falhas de enunciados, falta de folhas, versões não alternadas e problemas de impressão muito pontuais.

Por forma a não haver tanto desperdício de papel, os sacos de critérios de classificação a enviar aos agrupamentos deveriam ser em menor

número. Também seria desejável que se reduzisse o número de sacos de enunciados a enviar às escolas na 2ª chamada, que tem sido igual ao da 1ª chamada. Na prática, esta redução torna-se inviável por se desconhecer a afluência de alunos a cada chamada.

É de realçar o grande contributo e empenho dados pelas forças de segurança (PSP e GNR) que sempre se disponibilizaram para resolver todas as situações em que foi solicitada a sua colaboração.

2.3. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Os exames nacionais e os exames a nível de escola equivalentes aos exames nacionais realizados pelos alunos com necessidades educativas especiais decorreram com normalidade, tendo-se acautelado e promovido os direitos destes alunos.

As escolas dedicaram uma atenção cuidada a estas situações, garantindo a aplicação de condições especiais autorizadas pelo Júri Nacional de Exames e atempadamente comunicadas aos respectivos estabelecimentos de ensino.

Os documentos emanados do JNE “Condições Especiais de Exame para Candidatos com Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente / Exames 2002” e a Norma 02/JNE, bem como o Regulamento de Exames, contribuíram para a adopção esclarecida e adequada das medidas necessárias à especificidade de cada situação, após a sua análise casuística.

As normas adoptadas para os alunos com necessidades educativas especiais foram consideradas acertadas, devendo manter-se ou até mesmo melhorá-las, colocando em igual circunstância todos os que, por uma razão ou outra, necessitam de um tratamento diferenciado.

No entanto, existiram alguns constrangimentos no processo de correcção, nomeadamente:

- dificuldade de assegurar a correcção de provas de exame realizadas por

- alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo, por professores correctores especializados ou com experiência nesta área;
- coincidência do período de férias dos professores correctores especializados ou com experiência em deficiência auditiva, com o prazo de correcção estabelecido para os exames da 2ª Chamada da 1ª Fase, obrigando à deslocação das provas para outros Agrupamentos para classificação;
 - o não envio aos Agrupamentos, por parte de algumas escolas, de enunciados de provas de exame a nível de escola equivalentes a exames nacionais, bem como das fichas de apoio à correcção de provas de exame realizadas por alunos com dislexia.

Para colmatar a falta de professores correctores especializados ou com experiência em deficiência auditiva, os Agrupamentos recorreram a professores da bolsa de correctores com maior sensibilidade para estas situações.

Na 1.ª Fase deram entrada no JNE 594 processos de candidatura à aplicação de condições especiais de exame a candidatos com necessidades educativas especiais de carácter permanente cuja avaliação permitiu integrar nas seguintes categorias:

- candidatos cegos - 24
- candidatos com deficiência visual (visão reduzida) - 66
- candidatos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo - 58
- candidatos com deficiência auditiva de grau ligeiro ou moderado - 29
- candidatos com deficiência motora - 99
- candidatos com dislexia/problemas de comunicação- 153
- candidatos com outras situações - 165

Na 2.ª Fase deram entrada no JNE 232 processos de candidatura à aplicação de condições especiais de exame a candidatos com necessidades educativas especiais de carácter permanente cuja avaliação integrou nas seguintes categorias:

- candidatos cegos - 7
- candidatos com deficiência visual (visão reduzida) - 26
- candidatos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo - 18
- candidatos com deficiência auditiva de grau ligeiro ou moderado - 13
- candidatos com deficiência motora - 45
- candidatos com dislexia/problemas de comunicação- 65
- candidatos com outras situações - 58

Dos 826 processos de candidatura à aplicação de condições especiais na 1.ª e 2.ª Fase, foram indeferidos 12.

Num trabalho articulado entre o GAVE, DEB, EME e DES, consignado em protocolo específico, foram produzidas provas de exames nacionais adaptadas, ampliadas e transcritas em braille para candidatos com deficiência visual.

As ampliações foram elaboradas quase exclusivamente em suporte informático, garantindo:

- maior qualidade da impressão, assegurando um contraste de maior nitidez entre o texto impresso e o fundo, aspecto fundamental para otimizar as competências de percepção visual dos alunos amblíopes;
- fornecer ao aluno uma prova de dimensão normalizada, o que só por si, sob o ponto de vista psico-emocional é positivo, porque na maioria das situações receber uma prova “enorme” contribui para o aumento da ansiedade dos alunos em situação de exame;
- facilitar a percepção visual do aluno num campo visual mais facilmente abrangido pelos alunos, permitindo, por exemplo ampliar os caracteres, mantendo a dimensão inicial de figuras e/ou desenhos.

Dos 58 alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo, 24 realizaram a prova de exame nacional Português B código 239, prova específica para esta categoria de alunos, com equivalência à prova nacional da mesma disciplina com o código 139. Considerando que esta prova é concebida a partir do programa de Português B, adaptado para alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo, exclusivamente para estes

alunos, não foi autorizada qualquer tolerância para além do tempo regulamentar para a sua realização, excepto se além da surdez, o aluno apresentasse outras problemáticas associadas, nomeadamente problemas visuais ou motores.

O JNE, relativamente aos exames nacionais de 2002, quer sublinhar com particular relevância dois aspectos que contribuíram significativamente para uma maior eficácia das condições proporcionadas a alunos com necessidades educativas especiais, a saber:

- elaboração pelo GAVE de provas ampliadas em formato A4 e fonte Arial 16, em substituição da ampliação automática das provas para formato A3 realizada nos anos anteriores pela EME, permitindo um aumento substancial da qualidade de impressão/contraste da prova e simultaneamente a possibilidade de proceder a adaptações no conteúdo/forma das provas que, sem alterar significativamente o texto inicial permite a sua visualização otimizada, aspecto fundamental para um deficiente visual;
- comunicação eficaz com os serviços de saúde, nomeadamente o Instituto de Oncologia do Porto, o Hospital de S. Marcos de Braga e o Hospital Garcia de Orta de Almada que, com celeridade e competência, colaboraram, esclarecendo o JNE, para a adopção das medidas mais adequadas às condições físicas dos examinandos, possibilitando um processo de realização de exames mais humanizado.

As medidas adoptadas nos exames nacionais para os alunos com necessidades educativas especiais, num espírito de discriminação positiva, procuraram proporcionar a resposta mais adequada e humanizada aos candidatos que pela diferença e desvantagem justificaram um olhar sensibilizado, garantindo sempre o rigor e a qualidade que conferem credibilidade a todo o processo de exames.

2.4. INTERVENÇÃO DA IGE

A sua actuação foi, no geral, correcta, discreta, contribuindo para a consolidação e serenidade do processo de exames. A Coordenação Regional do JNE Algarve refere que seria desejável que esta intervenção se estendesse a todas as escolas, pelo menos uma vez.

A IGE respeitou a solicitação feita em reuniões da Comissão Coordenadora, ao agendar as visitas/reuniões com os responsáveis de Agrupamento para dias de menor actividade. De um modo geral, procurou inteirar-se da composição dos *staffs* e funcionamento dos Agrupamentos, das tarefas decorrentes dos vários momentos dos exames - especialmente no que respeita à correcção e distribuição das provas - do funcionamento das reuniões de aferição de critérios e dos registos efectuados nas actas destas reuniões, bem como das respostas emanadas do GAVE.

Os Responsáveis de Agrupamento referiram a importância terem conhecimento dos relatórios elaborados pela IGE após as suas visitas aos Agrupamentos e às escolas.

3. CORRECÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROVAS

3.1. DESIGNAÇÃO DOS PROFESSORES CORRECTORES

Verifica-se ainda por parte de algumas escolas o não cumprimento da circular que estipula os critérios para a designação dos professores correctores. Certos problemas já referidos em anos anteriores continuam a repetir-se, tais como a ausência de informação relativa às alterações do período de férias dos professores indicados como correctores e/ou relatores, a não comunicação imediata de situações de doença, a atribuição de outros serviços/cargos (Secretariado de Exames, equipa de horários, Órgãos de Gestão, etc.) e a designação de docentes para a bolsa de correctores em número insuficiente.

A mobilidade dos professores da 1ª para a 2ª fase também causa alguns problemas na constituição da bolsa de correctores, pois nem todas as escolas enviam a devida actualização das listas de correctores para os Agrupamentos.

As Coordenações dos Açores, da Madeira e do Alentejo, sempre que não dispunham de correctores em número suficiente, providenciaram a respectiva correcção junto da Coordenação Regional de Lisboa do Júri Nacional de Exames. É de realçar também o relacionamento que existiu entre a Coordenação do Algarve e as Coordenações de Lisboa e do Alentejo, nomeadamente na resolução de problemas de correcção e de reapreciação de provas.

3.2. REUNIÕES DE AFERIÇÃO DE CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

3.2.1. REUNIÕES DE MATEMÁTICA (435), BIOLOGIA (102) E QUÍMICA (142)

Estas reuniões foram criadas pelo Despacho Interno n.º 1/SEE/2002, de 29 de Janeiro, do Senhor Secretário de Estado da Educação, que determinou que a correcção/classificação das provas correspondentes a estas três disciplinas fosse coordenada e orientada por professores supervisores.

O GAVE em articulação com o JNE programou, para uma maior uniformização da aplicação dos critérios de classificação, duas reuniões para cada uma destas disciplinas, as quais foram operacionalizadas pelos Responsáveis dos Agrupamentos.

Estas reuniões, programadas para 4 horas, prolongaram-se, em casos pontuais, por mais tempo, o que suscitou críticas por parte de alguns professores. Na generalidade foram bem aceites, uma vez que se reconhece que a disparidade das classificações é um dos pontos mais críticos do sistema. Decorreram sem problemas de maior, tendo embora surgido discordância quanto a alguns critérios emanados do GAVE, o que criou, em certos momentos, alguma instabilidade.

Quanto às segundas reuniões, verificou-se um desajustamento na hora de início, constrangimento que foi superado pela boa articulação entre o JNE e o GAVE, que disponibilizou os supervisores durante todo o dia.

Por outro lado, o reduzido tempo entre a primeira e a segunda reunião, devido aos prazos estipulados para correcção, e a ausência de um processo que permita responsabilizar os classificadores pelo incumprimento dos critérios de classificação são situações que podem pôr em risco uma maior garantia de objectividade.

Na Região Autónoma dos Açores o maior obstáculo destas reuniões prendeu-se com a necessidade de deslocação dos diferentes professores para a ilha de residência do supervisor, originando enormes despesas suportadas pelas escolas e inconvenientes pessoais. As escolas de origem de cada docente suportaram todos os custos das deslocações (passagem aéreas, alojamento, ajudas de custo, transporte terrestres).

3.2.2. REUNIÕES DAS RESTANTES DISCIPLINAS

De modo geral, foram todas realizadas com normalidade. No entanto, algumas destas reuniões de aferição não decorreram de forma satisfatória e alguns docentes continuam, ainda, a contestar a sua realização nos actuais moldes. As maiores dificuldades prendem-se com a inexistência de orientador/moderador/supervisor, facto que poderá, em alguns casos, ter posto em causa a boa aplicação dos critérios de classificação. Acresce ter havido um caso, em que os professores correctores alteraram os critérios de classificação. Este facto motivou a repetição da reunião, após a intervenção da presidência do JNE.

Face aos condicionalismos geográficos da Região Autónoma dos Açores e aos elevados custos advenientes da deslocação de professores, estas reuniões de aferição de critérios não se realizaram. Como estratégia de

remediação, à semelhança dos anos anteriores, foi procedimento do agrupamento de Angra do Heroísmo comunicar a todas as escolas a lista de todos os professores indicados para correcção nas diferentes provas/código, com a orientação de, através dos meios disponíveis nas escolas (telefone, fax, correio electrónico), aqueles docentes comunicarem entre si, para aferição de critérios e esclarecimentos de dúvidas. Tivemos ecos que esta estratégia foi utilizada com algum sucesso.

Contudo, continua a ser opinião generalizada que a qualidade da correcção decorre, antes de mais, do rigor dos critérios de classificação e, sobretudo, de outro sistema de correcção - verdadeiras equipas de professores correctores.

3.3. ESCLARECIMENTOS AOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

A maioria dos correctores considerou claros os critérios de classificação. O GAVE fez, de uma maneira geral, um bom acompanhamento do processo de correcção e o horário de funcionamento para esclarecimento de dúvidas foi adequado.

O envio de adendas aos critérios de classificação surge por vezes na sequência das actas das reuniões de aferição de critérios de classificação e das consultas ao GAVE por parte dos professores classificadores.

3.4. DESEMPENHO DOS PROFESSORES CORRECTORES/CLASSIFICADORES

De um modo geral, o desempenho dos professores classificadores foi considerado positivo, quer quanto ao cumprimento dos prazos, quer quanto à aceitação do trabalho distribuído. No entanto, continuaram a verificar-se casos pontuais de classificações muito díspares na mesma disciplina, o que por vezes obrigou a uma segunda correcção. Além de certos correctores aplicarem incorrectamente os critérios de classificação, certos Agrupamentos também

atribuem a existência destas discrepâncias ao facto dos critérios classificação não serem mais discriminados, em particular na disciplina de Português. Detectaram-se também alguns erros de soma, respostas não corrigidas, rasuras, etc.

À semelhança dos anos anteriores, lamenta-se e estranha-se o facto de alguns professores profissionalizados e com muitos anos de serviço não se considerarem competentes para classificar os diversos autores constantes dos programas das disciplinas de Filosofia e de Inglês.

Casos houve, em que professores que, tendo sido convocados, não compareceram nos Agrupamentos na data da entrega de provas para classificação, justificando então a sua ausência com atestado médico o que dificultou o trabalho dos agrupamentos e constituiu uma sobrecarga para os outros correctores.

Por outro lado, algumas escolas não se terão mostrado muito sensíveis ao trabalho dos professores classificadores, ignorando as normas que referem o carácter prioritário deste serviço.

4. REAPRECIAÇÃO DAS PROVAS

4.1. OPERACIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE REAPRECIAÇÃO

A reapreciação das provas continua a ser um dos momentos mais complicados de todo o processo de exames, porque, não sendo um serviço obrigatório, as bolsas de relatores são extremamente reduzidas. Acresce o facto de coincidir com o período de férias dos docentes, período este que tem, pela legislação vigente, vindo a aumentar em número de dias, só podendo ser marcadas entre 15 de Julho e 31 de Agosto.

Pelo facto de toda a prova ser reapreciada, houve uma significativa diminuição do número de reapreciações, embora, proporcionalmente, a quantidade de trabalho dos professores relatores não tenha diminuído. Por

isso, continuam a existir os problemas dos anos anteriores que só são ultrapassados com o profissionalismo e boa vontade de muitos professores.

Continua também a ser muito difícil operacionalizar a reapreciação de provas de Equivalência à Frequência das disciplinas de Formação Técnica, com programas de oferta própria das escolas.

4.2. DESEMPENHO DOS PROFESSORES RELATORES

4.2.1. QUALIDADE DOS PARECERES

De uma maneira geral, os pareceres dos relatores foram correctos e adequadamente formulados. Houve, contudo, casos em que as fundamentações foram insuficientes ou quase inexistentes o que poderá ter contribuído para o aumento do número de reclamações.

4.2.2. ACTUAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS

Os Agrupamentos, de maneira geral, têm procedido por forma a resolver o melhor possível os diferentes problemas com que se deparam no processo de reapreciação. No entanto, foi detectado, em sede de reclamação, que continuam a ser aceites pareceres sem qualquer fundamentação, situação que poderia ser colmatada se os Agrupamentos solicitassem ao professor relator a sua reformulação, dado que a falta de fundamentação torna inválido o processo, obrigando à sua repetição.

5. EXAMES DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA

Parece ter havido uma melhoria relativamente ao ano anterior, embora nalguns casos se verifiquem discrepâncias entre a matriz e o enunciado/critérios de classificação e, também, questões mal formuladas e erros na atribuição de cotações.

Algumas escolas continuam a não cumprir o estipulado nos pontos 33.1 e 33.2 do despacho normativo nº13/2002, publicitação e envio do calendário com as datas de afixação das pautas destes exames.

O cabeçalho das folhas de prova dos exames de equivalência à frequência é inadequado ao processo de reapreciação em vigor por não salvaguardar o anonimato da escola, além de não ter espaço próprio para o registo em valores da classificação atribuída.

Convém lembrar que o JNE não tem uma visão geral do problema, porque só tem contacto com estes exames na fase de reapreciação.

6. PROCESSO DE RECLAMAÇÃO

O processo de reclamação é da competência dos serviços centrais do JNE e é operacionalizado em articulação com a Delegação Regional do JNE de Lisboa e Vale do Tejo.

O número de reclamações diminuiu em relação ao ano transacto (725 em 2001 / 588 em 2002), algumas das quais não teriam sido apresentadas se os pareceres dos professores relatores fossem mais explícitos, claros e completos.

Embora a quantidade de reclamações providas seja bastante elevada, não se denota grandes diferenças entre as classificações de reapreciação/reclamação. Nos casos de notória discrepância, o JNE recorreu a pareceres de grupos de especialistas e, em casos muito pontuais, ao próprio GAVE.

7. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA

7.1. COMUNICAÇÕES NO PROCESSO DOS EXAMES

Sobre este assunto, não se registaram problemas de maior. Pequenos problemas com os faxes, ou porque existe apenas um ou porque não está no

local mais apropriado, correio electrónico que demora a ser consultado, etc. mas que acabam sempre por ser resolvidos em tempo útil.

Como algumas escolas ainda resistem ao uso do e-mail, utilizando-o apenas para o envio dos convencionais, o fax e o telefone foram os meios mais utilizados.

7.2. PROGRAMA ENES

O programa ENES/2002 atingiu um nível de funcionalidade muito bom, proporcionando respostas às necessidades efectivas decorrentes de todo o processo de exames, quer para as escolas, quer para os Agrupamentos. A existência de um menor número de versões do programa ENES em relação aos anos anteriores foi um factor de maior estabilidade para todos os intervenientes.

O Gestor Nacional do programa ENES, sempre que confrontado com problemas pontuais, respondeu prontamente e em tempo útil, o que permitiu encontrar as respostas adequadas para resolver as situações.

Seria no entanto desejável que o programa ENES se estendesse à restante gestão da vida escolar dos alunos, que é efectuada pelos serviços administrativos da escola, por forma a que não houvesse duplicação de esforços (lançamento informático em dois sistemas diferentes) e permitiria um maior controlo de todo o processo.

Segundo a opinião dos técnicos do ENES, o programa poderia ainda contemplar novas funcionalidades:

- Possibilidade de introduzir os dados do segundo relator;
- Possibilidade de introduzir os exames realizados noutra escola ficando registado a escola de origem e a referência da respectiva autorização;

- Possibilidade de produzir a lista de controlo das reapreciações da 1ª fase dividindo-a em 1ª chamada e 2ª chamada;
- Permitir colocar na respectiva convocatória o dia e hora da entrega das provas para reapreciar;
- identificar o corrector pelo seu Bilhete de Identidade, o que possibilitaria ultrapassar os casos de convocatórias em que o nome dos correctores é registado de maneira diferente consoante a escola ou código para o qual estão designados como correctores;
- Disponibilizar a produção de etiquetas para envelopes, guias para as provas de reapreciação especial e guias para o transporte de provas entre agrupamentos;
- Permitir fazer validações por escola, de modo a que o técnico do ENES possa corrigir os erros à medida que forem chegando as remessas de dados;
- Possibilitar que o programa envie mensagens de alerta relacionadas com o conteúdo do campo "Observações" que, na versão actual, não considera;
- Disponibilizar a lista de correctores por códigos/prova ordenada pelo código da escola. Estas mesmas listas de correctores por código/prova deveriam passar a ter informação sobre os outros códigos corrigidos pelo mesmo corrector;
- Permitir a visualização do nome e escola dos relatores de forma a facilitar a atribuição cruzada no caso da distribuição de provas para reapreciação;
- Introduzir o modelo de convocatória para as segundas reuniões de aferição de critérios, que funcionasse como justificativo da presença dos professores correctores;
- Restruir o processo de emissão de guias de entrega de modo a possibilitar que o relator levando provas do mesmo código em momentos diferentes na mesma fase, receba guias de entrega independentes, o que permitiria evitar a substituição das guias anteriores.

8. TRANSPORTE DAS PROVAS

O transporte de provas, de e para os Agrupamentos, decorreu com toda a normalidade. Salientamos a eficácia, o elevado profissionalismo e o óptimo relacionamento humano dos elementos das forças de segurança.

9. APRECIÇÃO GLOBAL DOS EXAMES 2002

9.1. PROGRESSOS ASSINALADOS

Uma vez que o processo de exames se encontra relativamente estabilizado, não há a assinalar muitas diferenças em relação ao ano transacto. No entanto, continuamos a registar alguns progressos e inovações decorrentes da prática e experiência acumuladas, dos quais gostaríamos de salientar os seguintes:

- Melhoria no que diz respeito ao cumprimento das Normas por parte das escolas, verificando-se menos desvios, menos situações anómalas e menos dúvidas ou discrepâncias na sua interpretação;
- Análise da prova na sua globalidade, em sede de reapreciação, que se revelou um processo mais justo;
- Formação de Supervisores por parte do GAVE, com o fim de coordenarem as reuniões de aferição de critérios de classificação nos exames das disciplinas de Matemática (435), Biologia (102) e Química (142), com o objectivo de aumentar a fiabilidade e a validade das classificações, conforme solicitado pelo JNE desde 1998;
- Eliminação do ajuste automático das classificações do tipo $x,4$ valores para $x,5$ valores no processo de reapreciação, de forma a criar maior equidade entre este processo e o de correcção, no qual este ajuste não era efectuado;

9.2. PONTOS CRÍTICOS

Referem-se em seguida os pontos críticos mais relevantes do processo de exames, alguns dos quais se mantêm de anos anteriores por serem de difícil resolução:

- Alguns casos de discrepâncias nas classificações atribuídas pelos diversos correctores da mesma disciplina;
- Insuficiente número de relatores devido à coincidência do período de férias dos professores com a fase de reapreciação;
- Dificuldades na distribuição das provas de Filosofia devido à diversidade de obras que o programa desta disciplina abrange e das provas de Inglês pelo facto de alguns professores não se considerarem competentes para corrigir certas obras referidas no programa;
- No cabeçalho da folha de prova, o local referente ao curso não deveria estar na parte da prova que segue para correcção, uma vez que induz em erro e leva a que o aluno identifique a escola e ainda porque, em casos de certos cursos, nomeadamente das escolas profissionais, ou cursos tecnológicos administrados só numa escola, a simples referência ao curso identifica automaticamente a escola onde ele existe;
- Algumas escolas continuam a não assegurar a substituição do responsável pelo programa ENES, em tempo de férias, por um elemento com conhecimento do programa e dos currículos;
- Alteração dos secretariados e técnicos ENES das escolas da 1ª para a 2ª fase;
- O espaço físico dos agrupamentos deveria estar disponível para o serviço de exames durante um período mais alargado, dado que o técnico do ENES inicia as suas funções no mês de Março;

- Os riscos a que os professores correctores/relatores estão sujeitos ao deslocarem-se pelos seus próprios meios para receber ou entregar provas não se encontram cobertos por seguro;
- O Júri calendariza datas especiais de exame para atletas de alta competição, de acordo com a informação enviada em tempo útil pelo Instituto Nacional do Desporto. No entanto, alguns atletas são convocados, já muito tardiamente, para participarem em competições internacionais pelas respectivas federações, pondo em causa o calendário da época especial. Este facto, obriga a que o JNE crie novas datas especiais, nem sempre viáveis, devido à não existência de um número ilimitado de provas elaboradas pelo GAVE.

9.3. SUGESTÕES PARA OS EXAMES 2003

- Estudar a possibilidade de alargamento do âmbito de aplicação do Programa ENES a todas as actividades administrativas relacionadas com os alunos, ou criar compatibilidades com programas já em utilização nas escolas. Seria de toda a utilidade que fossem aproveitados os dados deste programa para interagir com todos os outros existentes nas escolas, permitindo assim, que, com um único programa, os estabelecimentos de ensino possam gerir todos os elementos referentes a alunos.
- É imprescindível que os serviços administrativos da escola confirmem os boletins de inscrição dos alunos de modo a evitar lapsos nos códigos de exame, o que em alguns casos implicou a realização de novo exame.
- Manter as reuniões preparatórias dos exames com as escolas sobre a Norma 02, dada a sua importância na abordagem de matéria muito concreta.
- Ponderar a obrigatoriedade, a nível de escola, de uma reunião preparatória do serviço de exames, com o objectivo de divulgar os normativos aos professores vigilantes.

- Formação realizada pelo GAVE a todos os correctores ou alargamento da supervisão a todas as disciplinas ou pelo menos às com maior número de alunos (Português, Psicologia, História).
- A obrigatoriedade de virem designados na bolsa de correctores/classificadores todos os professores que nos últimos três anos leccionaram a disciplina/código.
- Alteração do ratio de correctores para 1/40.
- Especificar nas Normas de Exames o procedimento a adoptar no que respeita a nomeação de professores relatores para os exames de equivalência à frequência.
- Sensibilizar os estabelecimentos de ensino para a necessidade de apetrechar o secretariado com um telefone, um fax e um e-mail.
- Actualizar a gratificação do técnico do Programa ENES dos agrupamentos, visto que, de entre os elementos do "staff", o seu período de trabalho é o mais alargado.
- Actualização do valor da remuneração da correcção por prova.
- Inserção do teor do ponto 3 (reapreciações e candidatura ao ensino superior) do ofício-circular nº 109/2002, de 11 de Julho, no Guia Geral dos Exames.
- Inclusão no calendário dos exames nacionais de uma chamada de atenção para a diferença horária verificada na Região Autónoma dos Açores em relação à hora de início de cada prova/código.
- Alterar o calendário dos exames nacionais, nomeadamente extinguindo uma das chamadas ou a 2ª fase e encurtando o período de realização dos exames da 1ª fase.
- Criar um seguro para as deslocações que se efectuam em serviço de exames.

10. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Na globalidade o processo de exames decorreu bem, sem dúvida devido à grande disponibilidade e experiência de todos os intervenientes. No entanto, alguns problemas vão sempre surgindo, que, todavia, vão sendo resolvidos e que fazem parte do quotidiano normal num processo desta natureza. Parece-nos que algumas destas situações poderão estar relacionadas com as mudanças de Conselhos Executivos das escolas, que este ano foram em maior número, uma vez que terminou o primeiro triénio de acordo com o estipulado no D.L. 115-A/98.

A generalidade das Delegações Regionais continua a considerar pertinente a eliminação de uma chamada ou fase de exames, o que não nos parece viável, dado que no actual quadro legislativo os alunos têm direito a fazer melhorias na 2ª fase e a distribuir os seus exames pelas 1ª e 2ª chamadas, conforme as suas conveniências. Com a implementação da reforma do ensino secundário, estas situações deverão ser devidamente equacionadas.

Alguns Agrupamentos fizeram sentir às Coordenações que o transporte das provas poderia ser feito pelos Conselhos Executivos. Esta sugestão, que já foi apresentada em anos anteriores, não foi assumida por todos os Agrupamentos, atendendo a que a eventual redução de custos não justifica a diminuição da segurança no transporte das provas.

O Júri Nacional de Exames tem tido a preocupação de ajustar os custos relacionados com o processo de exames à realidade de cada ano lectivo. Dado que as escolas sede de agrupamento têm elementos de segurança do Ministério da Educação, este Júri decidiu atribuir às forças policiais apenas a vigilância do período nocturno e fins de semana. Do mesmo modo, o número de elementos do *staff* de apoio aos Agrupamentos e Coordenações foi reduzido, atendendo à diminuição do número de inscrições para os exames nacionais.

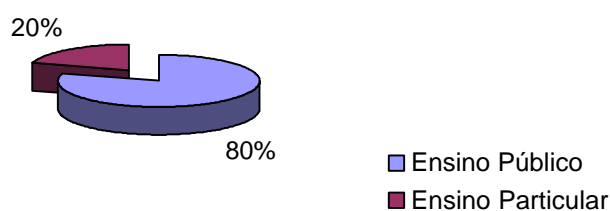
II - ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS RESULTADOS

1. CARACTERIZAÇÃO

Os dados aqui analisados são relativos às dezoito disciplinas do novo ensino secundário que abrangem o número de alunos inscritos mais relevante. Estes dados foram recolhidos através do sistema informático *ENES - Exames Nacionais do Ensino Secundário*, que integra toda a informação relativa a estes exames.

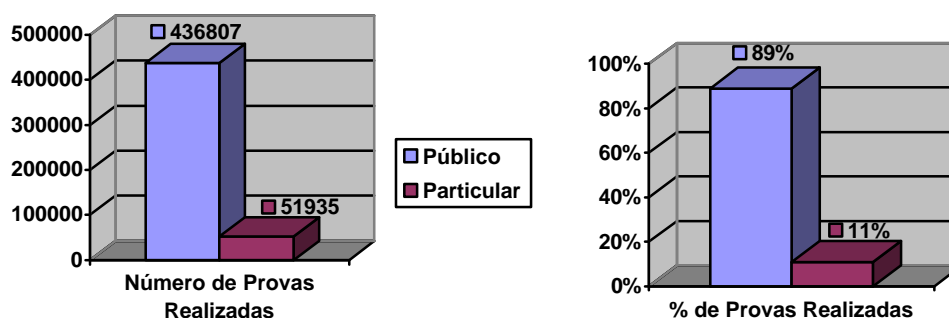
Os exames nacionais do 12º ano do Ensino Secundário, no ano lectivo 2001/2002, realizaram-se em 632 estabelecimentos de ensino, dos quais 503 são públicos, pertencentes a 33 Agrupamentos de escolas, distribuídos por 7 Coordenações Regionais do Júri Nacional de Exames.

Gráfico 1: Natureza dos estabelecimentos de ensino



Nos estabelecimentos de ensino público realizaram-se 436.807 provas, enquanto que nos estabelecimentos de ensino particular foram realizadas 51.935 provas dos exames nacionais, tendo estado envolvidos 136.659 alunos na 1ª fase e 76.775 alunos na 2ª fase dos exames nacionais.

Gráfico 2: Provas realizadas por tipo de estabelecimento de ensino



Os candidatos aos exames nacionais do ensino secundário inscreveram-se num total de 69 códigos de provas, correspondentes a dois percursos curriculares do Ensino Secundário (um dos quais já em extinção, o 12º ano Via de Ensino - não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 286/89 - que contempla um total de 20 códigos/provas de exame e que se realizaram este ano pela última vez).

Os candidatos provenientes de outros sub-sistemas do ensino secundário, ensinos Profissional e Recorrente, puderam realizar as provas dos exames nacionais apenas como provas de Ingresso para o ensino superior, uma vez que não lhes é permitido obter aprovação em nenhuma disciplina do seu plano de estudos através destes exames.

No quadro seguinte são apresentados os dados relativos às inscrições e às provas realizadas na 1ª fase, para as dezoito disciplinas referidas.

Da sua leitura pode verificar-se que, a disciplina em que se registou um maior número de inscrições para exame foi Matemática (435) - 68.599 alunos inscritos -, logo seguida pela disciplina de Português B (139) - 67.410 alunos inscritos. No entanto, em relação ao ano de 2001, a primeira manteve sensivelmente o mesmo número de inscrições, enquanto que a segunda sofreu um decréscimo significativo.

A relação entre o número de inscrições e o número de provas realizadas é muito idêntica para as disciplinas representadas (variando entre 76% e 90%).

Quadro 1: Número de Inscrições e Provas Realizadas na 1ª Fase, por Disciplina

Prova / Código	Inscrições			Provas Realizadas em 2002			% Provas Realizadas/ Inscrições
	2002	2001	2000	1ª Chamada	2ª Chamada	Total	
102 Biologia	45529	47650	48911	19299	18417	37716	83%
114 Filosofia	10762	11202	12462	4798	3377	8175	76%
115 Física	18576	20464	20468	9030	5125	14155	76%
120 Geologia	7408	7801	7521	2043	4040	6083	82%
123 História	21041	22098	23055	9394	8273	17667	84%
124 Hist. da Arte	5499	3053	3416	2532	2259	4791	87%
128 IDES	16993	18657	20154	12199	3166	15365	90%
129 Int. Direito	6370	6437	7106	4149	1559	5708	90%
138 Português A	18809	20108	21352	12094	4355	16449	87%
139 Português B	67410	70784	73921	41187	18051	59238	88%
140 Psicologia	48885	50185	48588	29414	11292	40706	83%
142 Química	36108	39776	42142	14359	15477	29836	82%
144 Sociologia	14257	13927	13963	4882	7555	12437	87%
201 Alemão	6324	7286	9057	4786	959	5745	91%
408 DGD A	4934	-	-	3065	1394	4459	90%
417 Francês	9118	9365	9840	6344	1870	8214	90%
435 Matemática	68599	68729	48841	32948	23792	56740	83%
650 Inglês	5984	7078	7562	3907	1154	5061	84%
TOTAL	414608	85172	66243	216431	132117	348545	88,5%

Do total de 150.675 inscrições para exames da 2ª Fase, realizaram-se 95.205 provas, que correspondem a 63% das inscrições. Relativamente ao ano de 2001, para esta fase de exames, o número de provas realizadas no presente ano sofreu um decréscimo de cerca de 9%.

No Quadro seguinte são apresentados os dados relativos às inscrições e às provas realizadas na 2ª fase, para as mesmas dezoito disciplinas.

Como se pode verificar, a disciplina em que se registou um maior número de inscrições para exame foi Matemática (435) - 34.371 alunos inscritos -, seguida pela disciplina de Biologia (102) - 18.516 alunos inscritos.

A relação entre o número de inscrições e o número de provas realizadas é muito idêntica para as disciplinas representadas (variando entre 51% e 74%), sendo bastante inferior à relação verificada na 1ª Fase dos exames de 2002. Estes números salientam, tal como nos anos lectivos transactos, uma grande percentagem de faltas na 2ª Fase dos exames nacionais.

Quadro 2: Número de Inscrições e Provas Realizadas na 2ª Fase, por Disciplina

Prova / Código	Inscrições			Provas Realizadas em 2002	% Provas Realizadas/ Inscrições
	2002	2001	2000		
102 Biologia	18516	21798	22348	10680	58%
114 Filosofia	3073	2981	3622	1675	55%
115 Física	7469	9561	10331	4450	60%
120 Geologia	2333	2999	2986	1225	53%
123 História	6276	6421	6985	3785	60%
124 Hist. Da Arte	1513	791	937	956	63%
128 IDES	3917	4844	5166	2531	65%
129 Int. Direito	1257	1157	1412	773	62%
138 Português A	5168	5791	6460	3310	64%
139 Português B	14113	14267	17212	8964	64%
140 Psicologia	12196	13636	13900	6452	53%
142 Química	13539	15924	18054	7886	58%
144 Sociologia	2779	3007	3035	1429	51%
201 Alemão	1577	2183	1934	1146	73%
408 DGD A	1770	-	-	1177	67%
417 Francês	2292	2872	2705	1701	74%
435 Matemática	34371	39016	24625	24992	73%
650 Inglês	1528	2232	2111	1069	70%
TOTAL	133687	149480	143823	84201	63%

No que diz respeito ao número de provas realizadas por modalidade de ensino, pode-se constatar que, como seria de esperar, a grande maioria - cerca de 88% - pertence ao ensino secundário abrangido pelo Decreto-Lei n.º 286/89. Deste montante, 367.313 provas são realizadas por alunos pertencentes aos cursos gerais, enquanto que os alunos do ensino tecnológico realizaram apenas 59.907 provas, ou seja, 14%.

Quadro 3: Provas Realizadas segundo a Situação de Inscrição, por modalidade de Ensino e por fase de exames

MODALIDADES DE ENSINO			1ª Fase		2ª Fase	
			Externos	Internos	Externos	Internos
Novo ensino secundário	Cursos Gerais	Agrup. 1	35748	136457	16072	22543
		Agrup. 2	7186	17703	2928	2215
		Agrup. 3	5993	28204	2930	3984
		Agrup. 4	13310	59615	6263	6162
	Cursos Tecnológicos	Agrup. 1	4464	11609	2655	2599
		Agrup. 2	1454	3222	722	543
		Agrup. 3	3891	13541	2353	2092
		Agrup. 4	2345	6297	1282	838
Via de ensino do 12º ano			4548	-	2669	-
Ensino recorrente			23293	-	9815	-
Técnico-profissionais			625	-	345	-
Ensino profissional			7452	-	3765	-
Outros			1740	3445	758	-

2. ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

No quadro 4 apontam-se os dados mais relevantes relativos aos exames dos alunos com necessidades educativas especiais. Estes alunos poderão realizar exames nacionais e exames a nível de escola: Situações especiais de exame - pontos 45, 46, 47 e 48 do Despacho Normativo nº 13/2002 (Regulamento dos Exames do Ensino Secundário).

Quadro 4: Número de Alunos com Necessidades Educativas Especiais e Número de Exames por Tipo de Deficiência e Tipo de Exame, por Fase

		NÚMERO DE ALUNOS					Nº. EXAMES	
		Exames Nacionais	Exames Nível Escola	Ex. Nacion. e Nível Escola	Autorizados	Não Autorizados	Nacion.	Nível Escola
Cegos	1ª Fase	12	3	9	24	----	49	29
	2ª Fase	5	----	2	7	----	10	2
Amblíopes	1ª Fase	50	6	10	66	----	215	29
	2ª Fase	24	----	2	26	----	51	3
Surdos	1ª Fase	18	24	16	58	----	91	114
	2ª Fase	13	3	2	18	---	29	7
Deficiência Auditiva	1ª Fase	29	----	----	29	----	107	----
	2ª Fase	12	1	---	13	----	27	----
Deficiência Motora	1ª Fase	62	16	19	97	2	314	88
	2ª Fase	31	8	6	45	----	56	24
Dislexia	1ª Fase	153	----	----	151	2	630	----
	2ª Fase	65	----	----	64	1	128	----
Outros Problemas	1ª Fase	135	12	13	160	5	553	58
	2ª Fase	49	6	1	56	2	108	11

- Total de processos analisados: 826
 - 1ª Fase: 594
 - 2ª Fase: 232
- Número de exames a nível nacional:
 - 1ª Fase: 1959
 - 2ª Fase: 409

- Número de exames a nível de escola:

1ª Fase: 318

2ª Fase: 47

Para alunos com deficiência visual, num trabalho articulado entre o GAVE, DEB, EME e DES, consignado em protocolo específico, foram produzidas as seguintes provas de exame nacional:

- 96 provas transcritas em braille, correspondentes a 19 códigos diferentes e a 38 matrizes de provas de exame transcritas e revistas, para a 1ª e a 2ª Chamadas da 1ª Fase;
- 9 provas transcritas em braille, correspondentes a 5 códigos diferentes, na 2ª Fase;
- 175 provas ampliadas em suporte informático, correspondentes a 47 versões diferenciadas de provas nacionais e 64 matrizes de 32 códigos de provas nacionais da 1ª e 2ª Chamadas da 1ª Fase;
- 47 provas ampliadas em suporte informático, correspondentes a 19 versões diferenciadas de provas nacionais de 12 códigos na 2ª Fase.

Dos 58 alunos com deficiência auditiva de grau severo ou profundo, 24 realizaram a prova de exame nacional de Português B código 239, prova específica para estes alunos, com equivalência à prova nacional da mesma disciplina com o código 139, realizada no tempo regulamentar para os exames nacionais, considerando tratar-se já de uma prova adaptada. Aos alunos, que além da surdez, apresentem outras problemáticas associadas, nomeadamente problemas visuais ou motores, foi concedido tempo de tolerância para a realização desta prova de exame.

Para salvaguardar a equidade de circunstâncias entre os candidatos, todas as provas de exame realizadas a nível de escola, foram corrigidas nos respectivos Agrupamentos, à excepção dos exames realizados por alunos com deficiência auditiva que frequentam unidades de apoio à educação de crianças e jovens surdos, ao abrigo do Despacho nº 7520/98, de 6 de Maio, cuja correcção e classificação são da responsabilidade da escola.

3. RESULTADOS

3.1. CORRECÇÃO

Na análise dos resultados dos alunos internos do 12º Ano do Ensino Secundário, importa ter em conta a Classificação de Exame (CE), a Classificação Interna Final (CIF) e a Classificação Final de Disciplina (CFD).

A Classificação Interna Final (CIF) traduz a avaliação realizada a nível de escola. Nas disciplinas bienais e trienais corresponde à média aritmética simples, arredondada às unidades, das classificações internas anuais e, nas disciplinas anuais, à classificação interna anual.

A Classificação Final de Disciplina (CFD), no ensino secundário, pode corresponder:

- à Classificação Interna Final (Educação Física),
- à média ponderada, arredondada às unidades, da Classificação Interna Final (com peso de 75%) e da classificação da prova global (com peso de 25%)
- à média ponderada, arredondada às unidades, entre a Classificação Interna Final (com o peso de 70%) e a Classificação de Exame (com o peso de 30%), para as disciplinas sujeitas a exame nacional.

Por outro lado, os resultados dos alunos que realizam provas na situação de externos e de autopropostos obtêm-se apenas a partir da sua CE na respectiva disciplina e podem servir para aprovação ou somente para ingresso no ensino superior.

No Quadro seguinte estão discriminadas as médias das Classificações de Exame da 1ª Fase, por Disciplina e por Chamada. É de assinalar a tendência de descida das médias das classificações de exame da 1ª para a 2ª chamada, verificada na maioria das disciplinas, tanto em 2002 como em 2001 e 2000.

É de referir também o facto de, na 1ª chamada, as médias das classificações de exame de todas as disciplinas referidas no quadro, à excepção da disciplina de Matemática (435), serem superiores a dez valores, o que não acontece na 2ª chamada. Por outro lado, as médias das classificações de exame da 1ª fase permanecem relativamente estáveis de 2000 e 2001 para 2002.

Tal como nos anos anteriores, a prova de Matemática (435) continua a ser a que tem a média das classificações de exame mais baixa. Por outro lado, a prova de Sociologia (144) é a que tem a média das classificações de exame mais elevada, resultado consistente com os anos anteriores.

No presente ano lectivo as únicas provas com média das classificações de exame relativas à 1ª fase inferior a 100 pontos são as de Física (115), Química (142) e Matemática (435), apesar da média correspondente a Química (142) ser superior a 95 pontos, já considerada positiva.

No que concerne às duas provas/código de Português (138 e 139), as médias das classificações de exame mantêm-se consistentes com as dos anos anteriores, sempre claramente superiores a 100 pontos.

Acresce ainda realçar o facto da média da 1ª fase referente à prova de Biologia (102) ser positiva, ao contrário do ocorrido nos anos imediatamente anteriores.

Quadro 5: Média das Classificações de Exame da 1ª Fase, por Disciplina e por Chamada

Prova / Código	Média das Classificações								
	2002			2001			2000		
	1ª Cham.	2ª Cham.	1ª Fase	1ª Cham.	2ª Cham.	1ª Fase	1ª Cham.	2ª Cham.	1ª Fase
102 Biologia	102	98	100	95	97	96	100	93	98
114 Filosofia	120	113	117	120	116	118	121	107	116
115 Física	100	77	92	84	67	78	78	53	69
120 Geologia	98	107	104	94	92	93	102	91	95
123 História	103	99	101	107	102	105	108	100	105
124 Hist. da Arte	104	100	102	107	102	104	104	99	102
128 IDES	114	102	112	108	101	107	110	100	107
129 Int. Direito	105	94	102	108	96	105	104	96	103
138 Português A	112	99	108	110	100	108	109	97	107
139 Português B	112	107	111	118	97	113	106	103	106
140 Psicologia	115	106	113	111	96	107	104	108	106
142 Química	103	94	98	106	99	101	96	89	92
144 Sociologia	129	120	124	122	112	116	117	119	118
201 Alemão	108	66	101	98	81	95	116	85	111
408 DGD A	130	100	120	-	-	-	-	-	-
417 Francês	106	96	103	97	90	95	104	94	102
435 Matemática	87	48	70	71	52	64	85	61	77
650 Inglês	113	103	111	105	89	101	108	97	106

Relativamente à análise do próximo quadro - no qual se discriminam as médias das classificações de exame das 1ª e 2ª fases por disciplina -, é de assinalar a tendência de descida das médias das classificações de exame da 1ª para a 2ª Fase, verificada em

todas as disciplinas, tanto em 2002 como nos anos anteriores. Esta realidade parece dever-se, em grande parte, ao facto da maioria dos alunos que realizam exames na 2ª Fase, serem alunos que não obtiveram aprovação na 1ª Fase dos exames nacionais. Por outro lado, é de notar que a 2ª Fase dos exames nacionais também é utilizada para melhoria de classificação.

Quadro 6: Média das Classificações de Exame por Fase e por Disciplina

Prova / Código	Média das Classificações de Exame					
	2002		2001		2000	
	2ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	1ª Fase	2ª Fase	1ª Fase
102 Biologia	75	100	84	96	92	98
114 Filosofia	92	117	99	118	93	116
115 Física	56	92	60	78	60	69
120 Geologia	67	104	74	93	72	95
123 História	75	101	89	105	78	105
124 Hist. da Arte	86	102	80	104	79	102
128 IDES	106	112	93	107	94	107
129 Int. Direito	86	102	86	105	88	103
138 Português A	92	108	90	108	90	107
139 Português B	80	111	95	113	86	106
140 Psicologia	92	113	89	107	83	106
142 Química	81	98	69	101	85	92
144 Sociologia	97	124	106	116	89	118
201 Alemão	61	101	66	95	69	111
408 DGD A	71	120	-	-	-	-
417 Francês	85	103	79	95	82	102
435 Matemática	41	70	43	64	54	77
650 Inglês	76	111	80	101	95	106

É de referir também que, na 2ª Fase de 2002, as médias das classificações de exame de todas as disciplinas referidas no quadro, à excepção da disciplina de Introdução ao Desenvolvimento Económico Social - IDES(128), são inferiores a dez valores. Acresce o facto das médias das classificações de exame da 2ª Fase permanecerem relativamente estáveis nos últimos anos lectivos.

Tal como nos anos anteriores, a prova de Matemática (435) continua a ser a que tem a média das classificações de exame mais baixa - com 4,1 valores, seguida pela disciplina de Física (115) - com 5,6 valores. Por outro lado, a prova de IDES (128), com 10,6 valores, é a que tem a média das classificações de exame mais elevada.

Da análise do quadro seguinte salienta-se que, à semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, na generalidade das disciplinas as médias das classificações de exame dos alunos internos são significativamente mais elevadas do que as dos alunos externos.

É importante referir que na 2ª Fase, para os alunos externos e autopropostos, apenas a disciplina de IDES (128) apresenta uma média das classificações de exame superior a 95 pontos. Quanto aos alunos internos o panorama não é significativamente melhor. Apesar de tudo estes apresentam classificações de exame superiores a 95 pontos em cinco disciplinas, na 2ª Fase.

Quadro 7: Média das Classificações de Exame por Disciplina, por Fase e Tipo de Inscrição

Prova / Código	Média das Classificações					
	Alunos Internos			Alunos Externos		
	2ª Fase	1ª Fase		2ª Fase	1ª Fase	
		1ª Chamada	2ª Chamada		1ª Chamada	2ª Chamada
102 Biologia	82	105	105	67	95	89
114 Filosofia	103	126	125	87	103	101
115 Física	68	115	99	49	63	62
120 Geologia	72	101	115	65	82	93
123 História	80	106	104	71	88	85
124 Hist. da Arte	90	105	103	83	98	91
128 IDES	111	117	106	101	98	97
129 Int. Direito	86	107	98	85	72	75
138 Português A	98	115	107	87	96	90
139 Português B	84	115	113	77	97	97
140 Psicologia	98	118	110	89	103	99
142 Química	90	107	103	70	93	79
144 Sociologia	101	132	123	95	114	108
201 Alemão	61	109	70	62	95	57
408 DGD A	78	133	104	59	104	89
417 Francês	88	109	104	83	85	81
435 Matemática	49	95	62	33	55	33
650 Inglês	84	118	114	72	98	93

No que diz respeito à análise do quadro 7, confirma-se a tendência, já verificada nos anos transactos, das Classificações Internas Finais e das Classificações de Exame serem mais elevadas para os alunos dos cursos gerais do que para os alunos dos cursos tecnológicos. Esta diferença torna-se bastante mais significativa quando comparadas as médias das Classificações de Exame obtidas pelos alunos destes dois tipos de curso.

Quadro 8: Média das CIF e CE dos alunos Internos segundo o Tipo de Curso

Prova / Código		CIF		CE	
		Cursos Gerais	C. Tecnológicos	Cursos Gerais	C. Tecnológicos
102	Biologia	13,9	12,1	97,8	71,9
114	Filosofia	13,7	-	119,4	89,4
115	Física	13,0	11,8	99,6	66,2
120	Geologia	13,1	-	97,6	71,5
123	História	13,1	11,3	99,1	73,4
124	Hist. da Arte	13,7	12,4	105,3	86,0
128	IDES	13,5	12,1	120,1	94,9
129	Int. Direito	13,6	-	100,9	114,0
138	Português A	12,5	-	107,5	82,9
139	Português B	12,9	11,3	113,5	92,6
140	Psicologia	13,9	11,9	112,8	85,4
142	Química	13,5	10,0	96,7	82,2
144	Sociologia	13,7	-	122,6	109,4
201	Alemão	13,2	11,7	100,8	68,3
408	DGD A	14,2	12,6	117,5	82,6
417	Francês	12,9	11,4	107,9	84,0
435	Matemática	12,3	11,3	67,8	51,1
650	Inglês	13,6	11,6	110,0	74,1

Considerando os dados discriminados no quadro seguinte, volta-se a constatar que, à semelhança do verificado em anos anteriores, a média das CIF, é superior à média das CE.

Quadro 9: Média das CIF, CE, Diferença CIF-CE e CFD (Classificação Final de Disciplina) dos Alunos Internos, nos últimos dois anos, por disciplina

Prova / Código		CIF		CE		Diferença CIF - CE		CFD	
		2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
102	Biologia	13,9	13,9	9,5	9,7	4,5	4,2	11,2	9,7
114	Filosofia	13,7	13,8	11,3	12,5	2,4	1,3	11,9	12,5
115	Física	12,7	12,7	8,3	9,0	4,4	3,7	9,3	9,0
120	Geologia	13,1	13,1	9,7	9,8	3,4	3,3	10,9	12,2
123	História	13,0	13,0	9,7	10,8	3,3	2,2	11,2	10,8
124	Hist. da Arte	13,3	13,8	9,9	10,8	3,4	3	11,6	13,0
128	IDES	13,1	13,1	11,1	10,9	2,0	2,2	12,0	10,9
129	Int. Direito	13,6	13,9	10,0	11,0	3,6	2,9	12,0	13,1
138	Português A	12,5	12,6	10,6	11,2	1,9	1,4	11,3	11,2
139	Português B	12,5	12,5	10,7	11,6	1,9	0,9	11,4	11,6
140	Psicologia	13,8	13,8	11,0	10,9	2,8	2,9	12,2	10,9
142	Química	13,5	13,5	9,5	10,1	4,0	3,4	11,1	10,1
144	Sociologia	13,7	13,7	12,1	11,9	1,6	1,8	12,8	11,9
201	Alemão	12,8	13,2	9,4	9,9	3,4	3,3	11,1	12,3
408	DGD A	13,9	-	11,0	-	2,9	-	12,3	-
417	Francês	12,5	12,5	10,0	9,9	2,5	2,6	11,0	9,9
435	Matemática	12,2	12,1	6,1	6,7	6,1	5,4	8,3	6,7
650	Inglês	13,6	13,9	11,0	11,1	2,6	2,8	11,5	13,1

A diferença entre a média das CIF e das CE mantém-se consistente com o ano anterior, para a grande parte das disciplinas. A disciplina de matemática continua a ser aquela em que a diferença entre CIF e CE é em média maior - 6,1 valores (5,4 em 2001) - logo seguida da disciplina de Biologia e de Física com diferenças de 4,5 e 4,4 valores, respectivamente (4,2 e 3,7 em 2001).

As disciplinas de Português A (138), Português B (139) e Sociologia (144) mantêm-se com a maior aproximação CIF-CE - 1,9, 1,9 e 1,6 valores, respectivamente.

3.2. REAPRECIÇÃO

O número total de provas reapreciadas na 1ª Fase dos exames nacionais do ensino secundário 2002 foi de 9919. Verificou-se uma notória diminuição dos pedidos de reapreciação relativamente ao ano transacto, dado que em 2001 foram reapreciadas na 1ª Fase 14595 provas. Verifica-se, também, que o número total de provas reapreciadas corresponde a 2,8% do total das provas realizadas nas 18 disciplinas referidas.

Quadro 10: Provas Reapreciadas na 1ª Fase por Disciplina

	Exame	Provas Realizadas	Provas Reapreciadas	% de Provas Reapreciadas
139	Português B	59384	1769	3,0%
435	Matemática	56919	1202	2,1%
140	Psicologia	40822	1159	2,8%
102	Biologia	37788	1138	3,0%
142	Química	29970	891	3,0%
138	Português A	16510	743	4,5%
123	História	17745	661	3,7%
115	Física	14200	419	3,0%
114	Filosofia	8215	292	3,6%
128	Int. ao Desenv. Económico Social	15413	279	1,8%
650	Inglês (cont.LE I - 8 anos, 3/4h)	5089	192	3,8%
408	Desenho e Geometria Descritiva A	4496	186	4,1%
124	História da Arte (3/4h)	4814	171	3,6%
417	Francês (cont.LE II - 6 anos, 3/4h)	8250	169	2,0%
129	Introdução ao Direito	5736	162	2,8%
409	Desenho e Geometria Descritiva B	6505	135	2,1%
144	Sociologia	12480	133	1,1%
201	Alemão (inicial - 3 anos, 4h)	5745	95	1,7%
120	Geologia	6086	77	1,3%
130	Introdução à Economia	2999	46	1,5%
	TOTAL	359166	9919	2,8%

Da análise do quadro anterior podemos referir que a disciplina com o maior número de reapreciações é o Português B (139), com 1769 provas, enquanto que a disciplina com maior percentagem de provas reapreciadas é a disciplina de Português A (138), não ultrapassando os 4,5 % do total de provas realizadas. Por outro lado, a disciplina com menor percentagem de provas reapreciadas é a de Sociologia (144) com apenas 1,1%.

Quadro 11: Provas Reapreciadas na 1ª Fase por disciplina e por Tipo de Variação da Classificação

	Exame	Provas Reapreciadas	Desceram	%	Mantiveram	%	Subiram	%
139	Português B	1769	171	9,7%	361	20,4%	1237	69,9%
435	Matemática	1202	121	10,1%	228	19,0%	853	71,0%
140	Psicologia	1159	141	12,2%	245	21,1%	773	66,7%
102	Biologia	1138	91	8,0%	247	21,7%	800	70,3%
142	Química	891	121	13,6%	233	26,2%	537	60,3%
138	Português A	743	80	10,8%	207	27,9%	456	61,4%
123	História	661	113	17,1%	160	24,2%	388	58,7%
115	Física	419	39	9,3%	60	14,3%	320	76,4%
114	Filosofia	292	32	11,0%	77	26,4%	183	62,7%
128	IDES	279	21	7,5%	66	23,7%	192	68,8%
650	Inglês	192	11	5,7%	39	20,3%	142	74,0%
408	DGD A	186	13	7,0%	32	17,2%	141	75,8%
124	História da Arte	171	20	11,7%	48	28,1%	103	60,2%
417	Francês	169	22	13,0%	31	18,3%	116	68,6%
129	Int. ao Direito	162	16	9,9%	24	14,8%	122	75,3%
409	DGD B	135	9	6,7%	24	17,8%	102	75,6%
144	Sociologia	133	20	15,0%	24	18,0%	89	66,9%
201	Alemão	95	12	12,6%	17	17,9%	66	69,5%
120	Geologia	77	6	7,8%	11	14,3%	60	77,9%
130	Int. à Economia	46	3	6,5%	13	28,3%	30	65,2%
	TOTAL	9919	1062	10,7%	2147	21,6%	6710	67,6%

Das 9919 provas reapreciadas, 1062 sofreram uma descida de classificação (10,7%), 2147 viram a sua classificação manter-se (21,6%) e 6710 sofreram uma subida na sua classificação (67,6%).

A Geologia (120) foi a disciplina em que se verificou maior percentagem de subidas, com 77,9%, enquanto que a disciplina de História (123) foi aquela com maior percentagem de descidas (17,1%). No entanto, o padrão de variação das classificações devido à reapreciação é muito idêntico para o conjunto das disciplinas referidas.

O número total de provas reapreciadas na 2ª Fase dos exames nacionais do ensino secundário 2002 foi de 2066. O número total de provas reapreciadas corresponde a 2,2% do total das provas realizadas nas 18 disciplinas referidas neste documento.

Quadro 12: Provas Reapreciadas na 2ª Fase por Disciplina

	Exame	Provas Realizadas	Provas Reapreciadas	% de Provas Reapreciadas
102	Biologia	10680	133	1,2%
114	Filosofia	1675	53	3,1%
115	Física	4450	78	1,7%
120	Geologia	1225	26	2,1%
123	História	3785	143	3,7%
124	História da Arte	956	28	2,9%
128	IDES	2531	57	2,2%
129	Introdução ao Direito	773	20	2,6%
138	Português A	3310	106	3,2%
139	Português B	8964	261	2,9%
140	Psicologia	6452	142	2,2%
142	Química	7886	133	1,7%
144	Sociologia	1429	24	1,7%
201	Alemão	1146	51	4,4%
408	DGD A	1177	45	3,8%
417	Francês	1701	87	5,1%
435	Matemática	24992	579	2,3%
650	Inglês	1069	23	2,1%
	TOTAL	84201	1989	2,2%

Da análise do quadro anterior podemos referir que a disciplina com o maior número de reapreciações na 2ª fase é a Matemática (435), com 579 provas, enquanto que a disciplina com maior percentagem de provas reapreciadas é a disciplina de Francês (417), não ultrapassando os 5,1 % do total de provas realizadas. Por outro lado, a disciplina com menor percentagem de provas reapreciadas é a de Biologia (102) com apenas 1,2%.

Das 2066 provas reapreciadas, 307 sofreram uma descida de classificação (15%), 578 viram a sua classificação manter-se (29%) e 1104 sofreram uma subida na sua classificação (56%).

A DGD A (408) foi a disciplina em que se verificou maior percentagem de subidas, com 69%, enquanto que a disciplina de Alemão (201) foi aquela com maior percentagem de descidas (31%).

Quadro 13: Provas Reapreciadas na 2ª Fase por disciplina e por Tipo de Variação da Classificação

	Exame	Provas Reapreciadas	Desceram	%	Mantiveram	%	Subiram	%
102	Biologia	133	14	11%	41	31%	78	59%
114	Filosofia	53	9	17%	15	28%	29	55%
115	Física	78	13	17%	15	19%	50	64%
120	Geologia	26	5	19%	7	27%	14	54%
123	História	143	27	19%	65	45%	51	36%
124	História da Arte	28	3	11%	10	36%	15	54%
128	IDES	57	12	21%	17	30%	28	49%
129	Int. ao Direito	20	4	20%	4	20%	12	60%
138	Português A	106	13	12%	36	34%	57	54%
139	Português B	261	36	14%	64	25%	161	62%
140	Psicologia	142	17	12%	57	40%	68	48%
142	Química	133	25	19%	33	25%	75	56%
144	Sociologia	24	4	17%	5	21%	15	63%
201	Alemão	51	16	31%	11	22%	24	47%
408	DGD A	45	5	11%	9	20%	31	69%
417	Francês	87	25	29%	21	24%	41	47%
435	Matemática	579	74	13%	157	27%	348	60%
650	Inglês	23	5	22%	11	48%	7	30%
	TOTAL	1989	307	15%	578	29%	1104	56%

É de salientar que a percentagem de provas reapreciadas é relativamente baixa e não é muito variável consoante a disciplina, o que reflecte, em termos gerais, a adequação das provas, dos critérios de classificação e do processo de correcção/classificação.

3.3. RECLAMAÇÕES

O número de reclamações remetidas ao Júri Nacional de Exames foi inferior ao verificado no ano transacto. No presente ano foram apresentadas, no total das duas fases dos exames nacionais, 588 reclamações, contra 724 do ano de 2001.

A disciplina com maior número de reclamações na 1ª fase foi a Biologia (102) - 57 reclamações. No entanto, em média estas sofreram apenas uma variação de 3 décimas de valor na sua classificação. Em contrapartida, a disciplina de Português B (139), das que apresentam um número de reclamações significativo, foi a que sofreu, em média, uma variação mais elevada na sua classificação - 13 décimas.

Quadro 14: Número de Reclamações, Tipo de Decisão do JNE e Média do Incremento de Classificação, por Disciplina, na 1ª Fase

Prova Código/Disciplina	nº de reclamações	nº de providos	% de providos	média do incremento de classificação
102 - Biologia	57	29	51	3
106 - Desenho	3	2	67	15
108 - DGD A	1	1	100	18
114 - Filosofia	11	9	82	7
115 - Física	22	12	55	4
123 - História	19	8	42	9
142 - História da Arte	7	0	0	-
128 - IDES	4	2	50	13
129 - Introd ao Direito	7	7	100	8
132 - Latim	3	1	33	2
136 - MTEP	6	5	83	8
138 - Português A	29	16	55	12
139 - Português B	51	43	84	13
140 - Psicologia	46	29	63	8
141 - Psicossociologia	1	0	0	-
142 - Química	51	28	55	4
143 - Sistemas Digitais	1	0	0	-
144 - Sociologia	1	0	0	-
146 - Teoria Design	3	1	33	3
201 - Alemão	2	1	50	6
202 - Biologia	3	1	33	2
214 - Filosofia	1	1	100	10
242 - Química	11	9	82	8
247 - Espanhol	1	0	0	-
250 - Inglês	1	1	100	6
350 - Inglês	2	1	50	22
364 - Francês VII	1	1	100	10
366 - Inglês 7	1	1	100	8
408 - DGD A	10	3	30	9
409 - DGD B	4	1	25	6
417 - Francês	2	1	50	7
435 - Matemática	28	21	75	3
468 - Int. à Filosofia	1	1	100	10
469 - M. Quantitativos	1	1	100	12
573 - ITI	1	0	0	-
650 - Inglês	3	3	100	21
664 - Técnicas Trad. Inglês	2	0	0	-

Na 2ª Fase a disciplina com maior número de reclamações foi a Matemática (435) - 61 reclamações. No entanto, em média, estas sofreram apenas uma variação de cerca de 4 décimas de valor na sua classificação. Por outro lado, a disciplina de Português B (139), das que apresentam um número de reclamações significativo, continua a ser a

que sofreu, em média, uma variação mais elevada na sua classificação - cerca de 5 décimas.

Quadro 15: Número de Reclamações, Tipo de Decisão do JNE e Média do Incremento de Classificação, por Disciplina, na 2ª Fase

Prova Código/Disciplina	nº de reclamações	nº de providos	% de providos	média do incremento de classificação
102 - Biologia	6	2	33%	2,5
106 - Desenho	1	0	0%	0
108 - DGD A	3	2	67%	1
114 - Filosofia	5	0	0%	0
115 - Física	3	2	67%	2,5
123 - História	10	1	10%	2
124 - História da Arte	3	0	0%	0
128 - IDES	1	1	100%	5
129 - Introd ao Direito	1	1	100%	5
130 - Introd à Economia	1	1	100%	3
132 - Latim	4	0	0%	0
136 - MTEP	4	2	50%	14
138 - Português A	2	1	50%	3
139 - Português B	17	6	35%	5,5
140 - Psicologia	2	1	50%	1
142 - Química	10	6	60%	3,16
143 - Sistemas Digitais	1	1	100%	6
201 - Alemão	4	1	25%	1
214 - Filosofia	1	0	0%	0
241 - Psicossociologia	4	0	0%	0
250 - Inglês	1	1	100%	10
350 - Inglês	2	1	50%	6
366 - Inglês 7	5	3	60%	4,6
408 - DGD A	7	3	43%	24,6
409 - DGD B	2	0	0%	0
417 - Francês	6	3	50%	7
435 - Matemática	61	40	66%	4,15
462 - Físico-Químicas	4	4	100%	4,25
463 - CTV	4	1	25%	1
466 - Geografia	1	1	100%	2
467 - Introd. Economia	1	1	100%	3
468 - Int. à Filosofia	8	1	13%	6
469 - M. Quantitativos	1	1	100%	4
517 - Francês	1	1	100%	3
583 - TLB II	1	1	100%	8
650 - Inglês	1	1	100%	1
826 - Inglês	1	0	0%	0

4. DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POR DISTRITO

A simples leitura dos resultados dos Exames Nacionais, cuja distribuição por distrito é aqui apresentada, não reflecte linearmente a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido nos estabelecimentos de ensino de cada região do país.

Para uma análise estatisticamente correcta destes resultados finais deverão ser ponderados vários factores que conduzam à sua contextualização. Assim, nesta perspectiva, deverão ser consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:

- As características socio-culturais, económicas e académicas das famílias;
- As condições dos alunos de cada escola à entrada do ensino secundário;
- As características das escolas em termos organizativos, humanos e materiais;
- A localização das escolas no panorama nacional;
- A mobilidade do corpo docente.

As tabelas apresentadas correspondem à distribuição da média da classificação de exame (CE) e da média da classificação interna final (CIF) por distrito, para as 18 disciplinas consideradas neste relatório e correspondem aos resultados das duas fases dos Exames Nacionais. Tendo como base estas tabelas, apresentam-se também mapas de Portugal continental representando a distribuição das CE (mapas a cor vermelha) e das CIF (mapas a cor verde) por distrito.

Quadro 16: Médias das Classificações Internas Finais (CIF), por Distrito de Portugal Continental

Distrito	Biol 102	Fil. 114	Fís 115	Geol 120	Hist 123	Hist. Arte 124	IDES 128	Int. Dir. 129	Port A 138	Port B 139	Psic 140	Quím 142	Soc 144	Alem 201	DGD A 408	Fran 417	Mat 435	Ing 650
Aveiro	13,7	13,4	12,4	12,6	12,6	13,1	12,9	13,6	12,6	12,5	13,7	13,4	14,0	13,0	13,8	12,4	12,2	13,5
Beja	13,5	13,3	12,6	13,2	12,8	14,1	12,3	12,6	12,6	12,4	14,1	13,2	13,3	12,8	14,1	12,9	12,1	13,9
Braga	13,9	13,4	12,6	13,3	13,0	13,3	13,1	13,3	12,4	12,5	13,6	13,6	13,7	12,8	13,9	12,2	12,3	13,8
Bragança	13,6	13,1	13,0	-	12,1	13,1	12,8	12,9	11,8	12,9	13,8	13,4	13,3	12,7	13,5	12,5	12,4	12,9
Cast. Branco	13,7	14,3	12,3	13,1	13,0	12,3	13,0	13,4	12,5	12,4	13,3	13,0	13,2	12,7	13,5	12,9	12,0	14,3
Coimbra	14,0	13,6	12,6	13,1	12,8	13,7	12,8	13,4	12,2	12,5	13,8	13,6	13,4	13,4	13,8	12,4	12,2	13,7
Évora	13,7	13,6	12,3	12,7	13,4	13,4	13,2	13,5	12,6	12,5	13,7	13,9	13,3	12,4	13,8	12,9	12,3	13,2
Faro	14,0	13,8	12,6	13,5	12,9	12,9	12,8	13,8	12,6	12,2	13,3	13,7	13,9	12,6	13,9	12,2	12,0	13,3
Guarda	13,5	13,4	12,3	12,8	12,5	11,8	13,2	12,8	12,6	12,8	13,4	13,4	12,7	12,4	13,5	12,3	12,0	13,6
Leiria	13,7	13,6	12,6	12,4	12,9	13,1	12,7	12,7	12,5	12,4	13,7	13,3	13,5	13,5	13,4	12,2	12,1	13,6
Lisboa	14,0	13,9	12,8	13,2	13,2	13,4	13,3	13,8	12,7	12,6	13,9	13,5	13,9	12,8	14,0	12,6	12,2	13,5
Portalegre	13,5	14,3	12,6	13,4	13,0	13,0	13,6	14,1	12,9	12,3	13,4	13,4	14,2	13,9	14,2	12,5	12,3	14,5
Porto	14,4	13,8	12,7	13,7	13,2	13,6	13,3	14,0	12,6	12,7	14,4	13,9	13,9	12,9	13,8	12,7	12,4	13,7
Santarém	13,8	13,9	13,0	12,0	13,0	13,2	13,2	13,4	12,6	12,8	13,8	13,5	14,4	12,8	13,6	12,9	12,2	13,8
Setúbal	13,8	14,1	12,6	12,6	12,9	13,3	13,3	13,9	12,4	12,5	13,6	13,2	13,5	12,4	13,8	12,1	12,1	13,5
V. Castelo	14,0	13,3	12,2	14,2	13,2	13,9	12,6	13,3	12,7	12,7	14,0	13,3	13,3	12,9	14,1	12,9	12,2	13,4
Vila Real	13,6	13,3	12,6	13,1	13,0	14,6	12,6	12,9	12,0	12,2	13,9	13,2	13,4	12,5	14,3	12,2	12,1	13,6
Viseu	13,8	13,8	12,9	12,7	12,8	13,6	12,5	13,1	12,3	12,5	13,7	13,2	13,1	13,0	13,7	12,7	12,2	13,3

Quadro 17: Médias das Classificações de Exame (CE), por Distrito de Portugal Continental

Distrito	Biol 102	Fil. 114	Fís 115	Geol 120	Hist 123	Hist. Arte 124	IDES 128	Int. Dir. 129	Port A 138	Port B 139	Psic 140	Quím 142	Soc. 144	Alem 201	DGD A 408	Fran 417	Mat 435	Ing 650
Aveiro	97,6	104,6	85,6	96,3	98,3	94,6	110,7	101,5	107,9	106,9	111,1	96,4	121,8	98,8	114,8	97,4	63,6	113,3
Beja	80,0	103,1	82,6	91,2	97,2	99,9	95,2	106,5	95,2	97,7	101,3	86,2	110,8	91,9	120,8	102,4	56,2	104,1
Braga	99,3	109,1	86,5	87,3	93,2	102,0	113,7	97,9	105,5	110,2	111,4	96,6	118,3	89,0	102,7	100,3	63,9	100,1
Bragança	85,7	108,4	86,6	91,6	78,9	155,3	101,0	74,8	94,3	103,3	99,4	83,5	110,6	88,3	134,5	100,9	50,6	96,1
Cast. Branco	86,2	100,2	71,6	87,9	95,3	87,4	111,1	93,2	100,6	98,4	113,5	86,0	115,3	92,5	93,2	105,3	52,1	103,6
Coimbra	100,5	111,2	86,9	94,0	99,8	113,8	103,3	105,7	100,8	103,6	114,7	103,6	117,5	98,0	120,9	104,6	67,9	96,8
Évora	84,3	96,0	89,0	90,3	90,0	98,4	108,2	92,1	101,2	102,5	104,1	101,4	119,1	93,4	121,4	102,3	54,3	114,9
Faro	95,3	115,8	82,5	101,8	94,1	98,5	100,0	89,1	110,6	103,9	109,3	95,8	113,5	86,0	112,5	91,5	58,6	94,5
Guarda	89,9	107,3	76,0	71,2	77,3	81,1	104,9	80,0	118,5	108,6	106,9	88,5	98,3	73,5	79,7	94,2	54,5	105,1
Leiria	93,4	112,7	74,9	98,6	96,1	103,9	107,1	90,9	102,9	104,8	110,6	95,6	117,8	104,5	111,0	100,0	61,1	102,2
Lisboa	98,7	115,1	88,0	100,3	99,3	99,6	117,4	105,1	108,5	105,3	110,4	97,0	129,0	100,4	116,4	100,8	66,9	108,3
Portalegre	75,4	123,5	70,1	79,8	96,8	80,4	111,0	93,3	97,4	95,4	94,8	77,2	103,6	80,3	75,8	88,4	42,9	103,5
Porto	101,0	115,0	80,3	109,3	98,9	103,3	113,3	114,2	110,7	110,3	116,3	104,0	123,7	96,3	104,3	104,7	60,5	107,9
Santarém	89,4	115,1	77,1	89,6	94,4	106,1	109,6	89,8	110,6	109,5	105,6	88,2	126,8	90,9	102,2	110,3	59,9	102,1
Setúbal	90,5	105,9	82,9	96,2	95,7	93,6	110,4	97,3	99,6	106,5	103,8	88,7	118,6	85,5	107,3	91,2	57,8	102,2
V. Castelo	91,5	120,5	79,9	92,3	101,7	89,0	109,7	100,6	114,4	116,0	114,3	94,2	124,8	101,0	113,4	108,6	59,0	105,4
Vila Real	85,8	123,0	78,1	103,7	104,4	113,7	98,5	81,7	101,5	95,0	107,3	87,4	108,4	81,4	132,7	102,5	52,7	96,9
Viseu	90,7	119,8	90,9	95,9	91,4	96,9	105,3	104,2	102,7	108,6	112,6	91,6	118,4	91,6	109,3	101,4	62,2	90,8